



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 90, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 3689, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que Altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) os rendimentos provenientes de complementação de aposentadoria e pensão pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social ou por entidade de previdência complementar percebidos por beneficiários cuja idade específica; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.250, de 1995 e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para extinguir a dedução da base de cálculo do IRPF relativa às contribuições do titular e de seus dependentes à previdência complementar.

**PRESIDENTE:** Senador Romário

**RELATOR:** Senador Weverton

**RELATOR ADHOC:** Senador Paulo Paim

11 de Dezembro de 2019

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 3.689, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que *altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) os rendimentos provenientes de complementação de aposentadoria e pensão pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social ou por entidade de previdência complementar percebidos por beneficiários cuja idade específica; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.250, de 1995 e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para extinguir a dedução da base de cálculo do IRPF relativa às contribuições do titular e de seus dependentes à previdência complementar.*

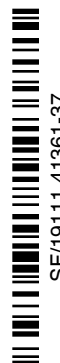
Relator: Senador **WEVERTON**

### I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei nº 3.689, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas Físicas (IRPF), para isentar da incidência do imposto os rendimentos pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou por entidade de previdência complementar a partir do momento em que o beneficiário completar 60 ou 65 anos, se mulher ou homem, respectivamente.

Para tanto, retira a remissão à isenção dos valores pagos por entidades de previdência complementar no inciso XV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e acrescenta um inciso XXIV.

Além disso, modifica dispositivos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para alterar a base de cálculo do IRPF, no sentido de favorecer os beneficiários de complementação de renda.



O Projeto, conforme alega o autor, reproduz o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 128, de 2012, do Senador Ricardo Ferraço, e tem por objeto compensar, ao menos parcialmente, o beneficiário de aposentadoria e complementação) em montantes maiores que o do salário mínimo – piso dos benefícios previdenciários.

Para evitar acúmulo de benefícios defende, na proposição, a retirada da dedução dos valores referentes à contribuição familiar a instituições e fundos de previdência complementar.

## II – ANÁLISE

Pertence a esta Comissão, com fulcro no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a competência para apreciar matérias que versem sobre a seguridade social.

A Constitucionalidade da proposição está presente, pois estão observados os arts. 22, inciso XXIII, e o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, que põem a matéria no campo de competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa quanto no tocante à sua apreciação, ainda que a análise mais detalhada caiba à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a quem cabe a análise terminativa do projeto.

No mérito, o projeto é bem-vindo e merece aprovação.

Um problema já antigo do sistema previdenciário reside na perda de poder aquisitivo do aposentado que recebe valor superior ao do mínimo. Uma vez que o reajustamento de seu benefício decorre da discricionariedade do Poder Executivo, seus beneficiários ficam à mercê das medidas de contenção de despesas previdenciárias e veem, ano após ano, o achatamento de seus benefícios.

A presente proposição cria um alívio para essa situação, ao excluir do IRPF as parcelas de complementação de aposentadoria recebidas pelos idosos, ampliando, indiretamente, sua renda.

Ao mesmo tempo, evita a acumulação de benefícios, ao afastar a dedução dos valores de contribuição para planos e instituições de previdência complementar. Compensando, parcialmente, a redução de arrecadação decorrente da isenção.



Trata-se, entendemos, de ato de justiça, a reparar a atuação danosa do Poder Executivo, em detrimento de idosos e de seus dependentes.

### **III – VOTO**

Do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 3.689, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Relatório de Registro de Presença**  
**CAS, 11/12/2019 às 09h30 - 58ª, Extraordinária**  
Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
RENAN CALHEIROS	1. MECIAS DE JESUS <b>PRESENTE</b>
EDUARDO GOMES	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCELO CASTRO <b>PRESENTE</b>	3. LUIZ PASTORE
LUIZ DO CARMO <b>PRESENTE</b>	4. MAILZA GOMES
LUIS CARLOS HEINZE <b>PRESENTE</b>	5. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
MARA GABRILLI	1. JUÍZA SELMA
STYVENSON VALENTIM <b>PRESENTE</b>	2. EDUARDO GIRÃO
ROMÁRIO <b>PRESENTE</b>	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE	4. FLÁVIO BOLSONARO

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
LEILA BARROS <b>PRESENTE</b>	1. JORGE KAJURU
WEVERTON	2. CID GOMES
FLÁVIO ARNS <b>PRESENTE</b>	3. FABIANO CONTARATO
ELIZIANE GAMA <b>PRESENTE</b>	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
HUMBERTO COSTA	1. PAULO PAIM <b>PRESENTE</b>
ROGÉRIO CARVALHO	2. PAULO ROCHA <b>PRESENTE</b>
ZENAIDE MAIA <b>PRESENTE</b>	3. FERNANDO COLLOR

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
NELSINHO TRAD	1. CARLOS VIANA
IRAJÁ	2. LUCAS BARRETO <b>PRESENTE</b>
OTTO ALENCAR	3. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
JAYME CAMPOS <b>PRESENTE</b>	1. ZEQUINHA MARINHO <b>PRESENTE</b>
MARIA DO CARMO ALVES	2. CHICO RODRIGUES

**Não Membros Presentes**

DÁRIO BERGER  
IZALCI LUCAS  
AROLDE DE OLIVEIRA  
ANGELO CORONEL



## **Relatório de Registro de Presença**

### **Não Membros Presentes**

MARCOS DO VAL

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 3689/2019)**

NA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATOR “AD HOC” O SENADOR PAULO PAIM, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR WEVERTON. A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO

11 de Dezembro de 2019

Senador ROMÁRIO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais